



São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF 13.985.420/0001-16

NIRE 41.300.093.091

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

www.copel.com copel@copel.com

Rua Emiliano Pernetta, 756 - 4º andar, Centro

Curitiba - PR

CEP 80420-080

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2017

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	7
Balancos Patrimoniais	7
Demonstrações de Resultados	8
Demonstrações de Resultados Abrangentes	8
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
1 Contexto Operacional	11
2 Concessões e Autorizações	11
3 Base de Preparação	11
4 Principais Políticas Contábeis	13
5 Caixa e Equivalentes de Caixa	21
6 Clientes	21
7 Partes Relacionadas	22
8 Títulos e Valores Mobiliários	23
9 Investimentos	23
10 Imobilizado	24
11 Empréstimos e Financiamentos	24
12 Provisões para Litígios e Passivos Contingentes	25
13 Patrimônio Líquido	26
14 Receita Operacional Líquida	27
15 Custos e Despesas Operacionais	27
16 Resultado Financeiro	29
17 Imposto de Renda e Contribuição Social	29
18 Instrumentos Financeiros	30
19 Seguros	33
20 Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa – transações que não envolvem caixa	33
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	34
PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	37

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A ACIONISTA

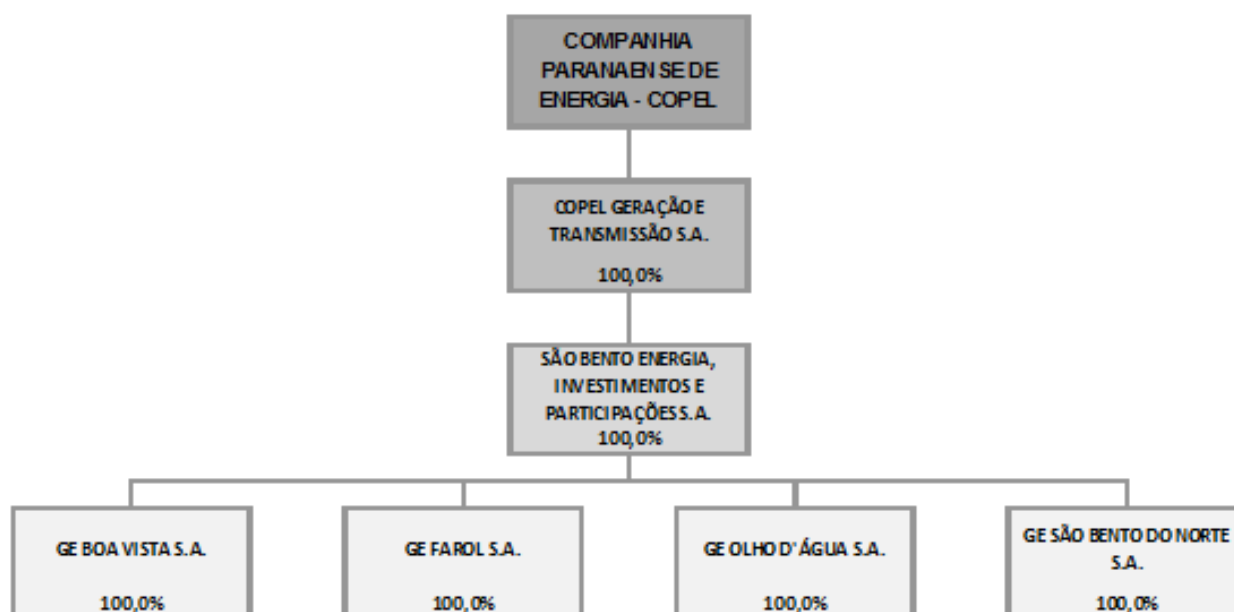
A administração da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. (São Bento Energia ou Companhia), Sociedade Anônima de Capital Fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2017, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e informa que a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais, se necessários.

A COMPANHIA

A São Bento Energia, localizada no Município de Curitiba, no Estado do Paraná, é controladora (100% das ações) das SPEs GE Boa Vista S.A., GE Farol S.A., GE Olho D'Água S.A. e GE São Bento do Norte S.A., produtoras de energia eólica, as quais formam o Complexo Eólico São Bento.

ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO

POSIÇÃO EM 31/12/2017



São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A.



As quatro SPEs do Complexo Eólico São Bento, localizado no Município de São Bento do Norte, no Estado do Rio Grande do Norte, sagraram-se vencedoras no 2º Leilão de Energia Proveniente de Fontes Alternativas de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, realizado em 26.08.2010, conforme o Edital de Leilão nº 07/2010-ANEEL.

Somadas possuem capacidade instalada de 94,0 MW e garantia física de 46,3 MW médios. A energia do Complexo Eólico São Bento é comercializada por meio de Contratos de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEARs por 20 anos.

As unidades geradoras das quatro SPEs do Complexo Eólico São Bento entraram em operação comercial em 25.02.2015, conforme disposto no Despacho Aneel nº 464, de 24.02.2015.

Complexo Eólico	Leilão ¹	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MWméd)	Geração (GWh)	Preço ²	Localização do Parque	Vencimento da Autorização
São Bento Energia, Invest. e Part. S.A.		94,0	46,3	285,2	212,49		
GE Boa Vista S.A.		14,0	6,3	38,4	217,98		abr/46
GE Farol S.A.	2º LFA	20,0	10,1	59,5	211,63	São Bento do Norte - RN	abr/46
GE Olho D'Água S.A.	(26/08/2010)	30,0	15,3	96,9	211,63		mai/46
GE São Bento do Norte S.A.		30,0	14,6	90,5	211,63		mai/46

¹LFA - Leilão de Fontes Alternativas/CCEAR.

² Preço atualizado até dezembro/2017.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2017	2016	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	475.701	465.763	2,1
Caixa e equivalentes de caixa	36.418	24.744	47,2
Títulos e Valores Mobiliários	78.097	71.584	9,1
Dívida total	253.777	271.039	(6,4)
Dívida líquida	139.262	174.711	(20,3)
Receita operacional bruta	75.201	85.834	(12,4)
Deduções da receita	3.492	3.166	10,3
Receita operacional líquida	71.709	82.668	(13,3)
Custos e despesas operacionais	41.182	38.022	8,3
Resultado das atividades	30.527	44.646	(31,6)
EBITDA ou LAJIDA	51.345	65.466	(21,6)
Resultado financeiro	(14.425)	(16.484)	(12,5)
IRPJ/CSLL	5.950	6.181	(3,7)
Lucro operacional	16.102	28.162	(42,8)
Lucro líquido do exercício	10.152	21.981	(53,8)
Patrimônio líquido	181.853	181.098	0,4
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	1,0	1,3	(23,1)
Liquidez geral (índice)	0,5	0,4	25,0
Margem do EBITDA ou LAJIDA (%)	71,6	79,2	(9,6)
Dívida sobre o patrimônio líquido (%)	139,6	149,7	(6,7)
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	22,5	34,1	(34,0)
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	14,2	26,6	(46,6)
Participação de capital de terceiros (%)	61,8	61,1	1,1
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) ⁽¹⁾	5,6	13,6	(58,8)

⁽¹⁾ LL ÷ (PL inicial)

O Lucro Líquido em 2017 de R\$ 16.102 inferior em 42,8% ao de 2016, foi impactado principalmente pelo incêndio ocorrido na subestação Olho D'Água que reduziu a geração no período aproximado de 90 dias.

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos a acionista, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 20 de abril de 2018.

Fábio Antônio Dallazem

Diretor Presidente

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente FERNANDO DIAS LISBOA DA SILVA
Membros NICOLE DOMAKOSKI
FÁBIO ANTÔNIO DALLAZEM

CONSELHO FISCAL

Presidente JOÃO ALBERTO DA SILVA
Membros LUIZ ROBERTO MORGENSTERN FERREIRA
HEITOR DANTAS FILHO
RICARDO VIDINICH

DIRETORIA

Diretor Presidente/Técnico FÁBIO ANTÔNIO DALLAZEM
Diretor de Gestão FÁBIO ANTÔNIO DALLAZEM
Diretor Financeiro CLAUMIR CORSI RODRIGUES

CONTADOR

CRC-PR-048673/O-6 ADEMILSON RODRIGUES DOS SANTOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos Patrimoniais

levantados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	189	139	36.418	24.744
Clientes	6	-	-	20.287	18.260
Dividendos a receber	7	12.966	5.369	-	-
Outros créditos	10.1	9	7	1.810	7
Imposto de renda e contribuição social		299	190	643	297
Outros tributos a recuperar		-	-	60	60
Partes relacionadas	7	7	7	-	-
		13.470	5.712	59.218	43.368
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Títulos e valores mobiliários	8	46.333	42.523	78.097	71.584
Outros créditos	10.1	-	-	5.181	-
		46.333	42.523	83.278	71.584
Investimentos	9	175.532	174.057	-	-
Imobilizado	10	-	-	333.205	350.811
		221.865	216.580	416.483	422.395
TOTAL DO ATIVO		235.335	222.292	475.701	465.763

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
CIRCULANTE					
Obrigações sociais e trabalhistas		88	105	88	105
Partes relacionadas	7	2.781	2.677	5.627	5.917
Fornecedores		27	-	21.027	253
Imposto de renda e contribuição social		224	156	598	1.248
Outras obrigações fiscais		2	1	1.074	533
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	20.997	20.866
Dividendos a pagar	7	9.398	2.329	9.398	2.329
Outras contas a pagar		101	101	1.573	3.115
		12.621	5.369	60.382	34.366
NÃO CIRCULANTE					
Partes relacionadas	7	40.718	35.807	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1	-	533	80
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	232.780	250.173
Outras contas a pagar		-	-	11	11
Provisões para litígios	12	142	18	142	35
		40.861	35.825	233.466	250.299
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	13.1	173.622	124.978	173.622	124.978
Adiantamento para futuro aumento de capital	13.2	-	48.644	-	48.644
Reserva legal	13.3	998	490	998	490
Reserva de retenção de lucros		7.233	-	7.233	-
Dividendo adicional proposto	13.4	-	6.986	-	6.986
		181.853	181.098	181.853	181.098
TOTAL DO PASSIVO		235.335	222.292	475.701	465.763

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	-	-	71.709	82.668
Custos Operacionais	15	-	-	(35.604)	(28.436)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		-	-	36.105	54.232
Outras Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas gerais e administrativas	15	(1.392)	(1.199)	(5.010)	(9.309)
Outras despesas operacionais, líquidas	15	(124)	(18)	(568)	(277)
Resultado da equivalência patrimonial	9	9.071	20.791	-	-
		7.555	19.574	(5.578)	(9.586)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		7.555	19.574	30.527	44.646
Resultado Financeiro	16				
Receitas financeiras		4.089	4.980	9.992	10.830
Despesas financeiras		(128)	(69)	(24.417)	(27.314)
		3.961	4.911	(14.425)	(16.484)
LUCRO OPERACIONAL		11.516	24.485	16.102	28.162
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	17				
Imposto de renda e contribuição social		(1.363)	(2.504)	(5.497)	(6.122)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1)	-	(453)	(59)
		(1.364)	(2.504)	(5.950)	(6.181)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		10.152	21.981	10.152	21.981

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	10.152	21.981	10.152	21.981
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	10.152	21.981	10.152	21.981

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
em milhares de reais

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucros				Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros (prejuízos) acumulados	
Saldo em 1º de janeiro de 2016	124.978	48.644	-	-	-	(12.176)	161.446
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	21.981	21.981
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva legal	-	-	490	-	-	(490)	-
Dividendos	-	-	-	-	6.986	(9.315)	(2.329)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	124.978	48.644	490	-	6.986	-	181.098
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	10.152	10.152
Aumento de capital	48.644	(48.644)	-	-	-	-	-
Deliberação do dividendo adicional proposto	-	-	-	-	(6.986)	-	(6.986)
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva legal	-	-	508	-	-	(508)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(2.411)	(2.411)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	7.233	-	(7.233)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	173.622	-	998	7.233	-	-	181.853

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		10.152	21.981	10.152	21.981
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais					
Encargos e variações monetárias não realizadas - líquidas	11.2	-	-	24.077	26.683
Imposto de renda e contribuição social	17	1.363	2.504	5.497	6.122
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	1	-	453	60
Resultado da equivalência patrimonial	9	(9.071)	(20.791)	-	-
Depreciação	10	-	-	20.818	20.820
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	15	124	18	107	35
Resultado das baixas de imobilizado	10	-	-	341	-
		2.569	3.712	61.445	75.701
Redução (aumento) dos ativos					
Clientes		-	-	(2.027)	(1.675)
Outros créditos		(2)	1	(2)	1
Imposto de renda e contribuição social		(109)	412	(346)	343
Outros tributos a recuperar		-	-	-	(48)
		(111)	413	(2.375)	(1.379)
Aumento (redução) dos passivos					
Obrigações sociais e trabalhistas		(17)	(6)	(17)	(6)
Partes relacionadas		5.015	-	(290)	845
Fornecedores		27	-	20.775	683
Outras obrigações fiscais		1	(12)	541	(644)
Outras contas a pagar		-	-	(1.542)	396
		5.026	(18)	19.467	1.274
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
		7.484	4.107	78.537	75.596
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.295)	(2.348)	(6.147)	(7.037)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	11.2	-	-	(21.342)	(22.986)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
		6.189	1.759	51.048	45.573
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras		(3.810)	(8.574)	(6.513)	(11.589)
Créditos concedidos a partes relacionadas		-	(7)	-	-
Aquisições de imobilizado	10	-	-	(10.535)	(463)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
		(3.810)	(8.581)	(17.048)	(12.052)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Ingressos de empréstimos e financiamentos	11.2	-	-	-	420
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	11.2	-	-	(19.997)	(19.481)
Ingresso de obrigações com partes relacionadas		-	6.960	-	-
Dividendos pagos		(2.329)	-	(2.329)	-
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
		(2.329)	6.960	(22.326)	(19.061)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		50	138	11.674	14.460
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	139	1	24.744	10.284
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5	189	139	36.418	24.744
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		50	138	11.674	14.460

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. (São Bento Energia, Companhia ou Controladora) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede à Rua Emiliano Pernetta, 756 - 4º andar, Centro, Curitiba – PR, e tem como objetivo principal o desenvolvimento, execução e operação de projetos de energia elétrica, além da gestão, mediante participações societárias, de sociedades que desempenhem essas mesmas atividades.

Suas operações são representadas substancialmente pela participação de 100% do capital social das controladas a seguir relacionadas:

SPE	Leilão	MW	Aerogeradores
GE BOA VISTA S.A.	07/2010 2º LFA	14	7
GE FAROL S.A.	07/2010 2º LFA	20	10
GE OLHO D'ÁGUA S.A.	07/2010 2º LFA	30	15
GE SÃO BENTO DO NORTE S.A.	07/2010 2º LFA	30	15

Para a produção de energia pelas referidas controladas existem contratos firmados de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, decorrente do resultado do 2º Leilão de Energia Proveniente de Fontes Alternativas de Geração, realizado em agosto de 2010.

2 Concessões e Autorizações

Contratos de Autorização das Controladas		Vencimento
GE Boa Vista S.A.	Portaria MME nº 276/2011 - Usina Eolielétrica - EOL Dreen Boa Vista	27.04.2046
GE Farol S.A.	Portaria MME nº 263/2011 - EOL Farol	19.04.2046
GE Olho D'Água S.A.	Portaria MME nº 343/2011 - EOL Dreen Olho D'Água	31.05.2046
GE São Bento do Norte S.A.	Portaria MME nº 310/2011 - EOL Dreen São Bento do Norte	18.05.2046

3 Base de Preparação

3.1 Declarações de conformidade

As demonstrações financeiras individuais da Controladora e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 20.04.2018.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia e de suas controladas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

3.4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NE nº 4.1 - Base de consolidação;
- NE nº 4.2 - Instrumentos financeiros; e
- NE nº 4.9 - Arrendamentos.

3.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 4.3 e 10 - Imobilizado;
- NE nº 4.4 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- NE nºs 4.5 - Provisões;
- NE nº 4.6 - Receita não faturada;

- NE nº 4.7 - Operações de compra e venda de energia elétrica na CCEE; e
- NE nº 4.8 - Imposto de renda e contribuição social diferidos.

4 Principais Políticas Contábeis

4.1 Base de consolidação

4.1.1 Controladas

As controladas são as entidades em que a investidora está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade.

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Os saldos de ativos, passivos e resultados das controladas são consolidados linha a linha e os saldos decorrentes das transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

4.1.2 Método de equivalência patrimonial

Os investimentos em controladas são reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais da controladora com base no método de equivalência patrimonial. Conforme esse método, os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e o seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da investidora no lucro, no prejuízo e em outros resultados abrangentes gerados pelas investidas, após a aquisição. Esse método deve ser descontinuado a partir da data em que o investimento deixar de se qualificar como controlada.

As distribuições de resultados reduzem o valor contábil dos investimentos.

Quando necessário, para cálculo das equivalências patrimoniais, as demonstrações financeiras das investidas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às da Controladora.

4.2 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para os sem cotação disponível no mercado.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir.

Ativos financeiros

4.2.1 Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia e suas controladas gerenciam esses investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

4.2.2 Empréstimos e recebíveis

Ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos pelo método do custo amortizado com base na taxa de juros efetiva.

4.2.3 Instrumentos financeiros disponíveis para venda

São instrumentos financeiros cujo reconhecimento inicial é efetuado com base no valor justo e sua variação, proveniente da diferença entre a taxa de juros de mercado e a taxa de juros efetiva, é registrada diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. A parcela dos juros definidos no início do contrato, calculada com base no método de juros efetivos, assim como quaisquer mudanças na expectativa de fluxo de caixa, é registrada no resultado do exercício. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e as perdas acumulados mantidos no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado do exercício.

4.2.4 Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Os instrumentos financeiros são classificados nesta categoria se a Companhia e suas controladas têm intenção e capacidade de mantê-los até o seu vencimento. São mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

4.2.5 Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

4.2.6 Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

4.2.7 Baixas de passivos financeiros

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

4.3 **Imobilizado**

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que são atribuíveis ao ativo.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros.

4.4 **Redução ao valor recuperável de ativos**

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de desvalorização.

4.4.1 Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta redutora de recebíveis.

4.4.2 Ativos Não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não-financeiros é revisado para a análise de uma possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras, em caso de reversão de perda de exercícios anteriores a mesma é reconhecida no resultado do exercício corrente.

4.5 Provisões

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado (geração), custo de construção (transmissão) ou intangível em curso (distribuição).

No momento do início das operações dos empreendimentos, todos os custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa estimado de desembolsos e registrados como provisões socioambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza e são registrados diretamente no resultado do exercício.

4.6 Reconhecimento da receita

As receitas operacionais são reconhecidas quando: (i) o valor da receita é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos; e (iv) os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao comprador. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de descontos e/ou bonificações concedidos e encargos sobre vendas.

4.6.1 Receita não faturada

Corresponde ao reconhecimento da receita de suprimento de energia elétrica, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, por meio de estimativa com base na última medição efetuada.

4.7 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, de acordo com informações divulgadas por essa entidade ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração das controladas.

4.8 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados pelo “Lucro Presumido”. O imposto de renda presumido é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de 8% da receita bruta de venda de energia (produto), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 240 no período de 12 meses e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de 12% da receita bruta de venda de energia (produto).

O imposto de renda calculado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, e a contribuição social calculada pela alíquota de 9%, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF).

As receitas são reconhecidas pelo regime de competência. Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos.

4.9 Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os outros arrendamentos que não se enquadram nas características acima são classificados como operacionais.

4.10 Novas normas que ainda não entraram em vigor

Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31.12.2017. A Companhia e suas controladas não adotaram as IFRS novas de forma antecipada.

As novas normas que podem ter impacto para a Companhia e suas controladas estão mencionadas a seguir:

4.10.1 CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 será aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º.01.2018, com adoção antecipada permitida.

Esta norma estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros serão classificados em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais; e (iii) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo CPC 38/ IAS 39 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

Em relação ao impairment de ativos financeiros, o CPC 48/IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no CPC 38/ IAS 39. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessas expectativas a cada data de reporte para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito .

No que tange às modificações relacionadas a contabilização de hedge, o CPC48/IFRS 9 mantém os três tipos de mecanismo de contabilização de hedge previstos na CPC 38/ IAS 39. Por outro lado, esta nova norma traz maior flexibilidade no que tange aos tipos de transações elegíveis à contabilização de hedge, mais especificamente à ampliação dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumentos de hedge e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis à contabilização de hedge.

Adicionalmente, o teste de efetividade foi renovado e substituído pelo princípio de “relacionamento econômico”. Ainda, a avaliação retroativa da efetividade do hedge não é mais necessária e ocorreu a introdução de exigências adicionais de divulgação relacionadas às atividades de gestão de riscos de uma entidade.

Com base na análise dos ativos e passivos financeiros da Companhia em 31.12.2017, considerando os fatos e as circunstâncias existentes naquela data, a Companhia avaliou o impacto do CPC 48/IFRS 9 sobre as demonstrações financeiras, conforme segue.

Classificação e mensuração

A Companhia avaliou a classificação e mensuração dos ativos financeiros e de acordo com o modelo de gerenciamento desses ativos identificou, preliminarmente, alteração de classificação nos instrumentos relacionados abaixo. A Administração da Companhia acredita que a alteração na classificação não impactará de forma relevante a mensuração dos itens, não havendo, assim, impacto nos lucros acumulados.

Instrumentos Financeiros	Nova Classificação CPC 48/IFRS 9	Classificação atual CPC 38/IAS 39
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Clientes	Custo Amortizado	Empréstimo e recebível
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado

A Companhia não designou ou pretende designar passivos financeiros como Valor Justo por meio do Resultado - VJR, sendo assim, não há qualquer impacto esperado na classificação de passivos financeiros de acordo com os requerimentos do CPC 48/IFRS 9.

Redução ao valor recuperável (impairment)

A CPC 48/IFRS 9 exige que a Administração da Companhia realize uma avaliação com base em doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro e registre os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros.

O novo modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quais sejam.

(i) Caixa, equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários: são detidos com instituições financeiras de primeira linha. A Companhia considera que esses ativos têm baixo risco de crédito com base nas avaliações de crédito externas das contrapartes.

(ii) Contas a receber de clientes: Os clientes da Companhia são distribuidores de energia elétrica com contratos firmados em leilão ou por liquidação do excedente de geração na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, esses agentes, por regra do setor, mantêm Contratos de Constituição de Garantias – CCG para cumprimento dos pagamentos junto a Companhia. Neste sentido, a Companhia considera que esses ativos têm baixo risco de crédito, pois não possui histórico de perdas.

A Companhia acredita que a aplicação dessas alterações não terá impacto relevante nos montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da CPC 48/IFRS 9 é sua aplicação retrospectiva, porém a Companhia adotará a isenção do item 7.2.15 da norma, o qual lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

Adicionalmente, como a Companhia não aplica a contabilização de hedge, a Administração concluiu que não haverá impacto relevante nas informações divulgadas ou valores registrados em suas demonstrações financeiras no que tange às alterações da norma sobre este tópico.

4.10.2 CPC 47/IFRS 15 - Esclarecimentos ao IFRS 15 - Receita de contratos com clientes

O CPC 47/IFRS 15 estabelece um modelo simples e claro para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e, quando se tornar efetivo, substituirá o guia atual de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

Esta norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Em suma, pelos novos requerimentos do CPC47/IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. Adicionalmente, esta norma estabelecerá um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes.

As principais receitas da Companhia são com venda de energia elétrica aos distribuidores de energia elétrica decorrentes de contratos firmados em leilão e também, do excedente de energia gerada negociado no mercado de curto prazo junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A Companhia, em sua avaliação, não estima quaisquer impactos importantes em suas demonstrações financeiras em decorrência da aplicação dessa norma.

4.10.3 IFRS 16 - Arrendamentos

Emitida em 13.01.2016, estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil dos arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requerimentos do IAS 17, incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

A IFRS 16 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2019, sendo permitida sua adoção antecipada desde que as entidades adotem também de forma antecipada a IFRS 15 - Receita de contratos com clientes. A Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento.

4.10.4 IFRIC 22 - Transações e adiantamentos em moeda estrangeira

Emitida em 08.12.2016, o IFRIC 22 aborda a taxa de câmbio a ser utilizada em transações que envolvam a contrapartida paga ou recebida antecipadamente em transações com moeda estrangeira. O IFRIC será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada.

A Companhia avalia que o IFRIC 22 não causará impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

4.10.5 Alterações ao CPC 28/IAS 40 - Propriedade de investimento

Emitidas em 08.12.2016, as alterações ao IAS 40 esclarecem os requisitos relativos às transferências de ou para propriedades de investimento. As alterações serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada.

A Companhia avalia que as alterações ao CPC 28/IAS 40 não causarão impactos em suas demonstrações financeiras, pois a mesma não possui propriedades para investimento.

4.10.6 Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2014 - 2016

Anualmente, o IASB discute e decide sobre as melhorias propostas para as IFRS, conforme são levantadas ao longo do ano. As melhorias emitidas em 08.12.2016 tratam dos seguintes temas:

i) alterações a IFRS 1 – adoção Inicial do IFRS: exclui da norma algumas exceções existentes para aplicação no período de transição das entidades recém-adotantes ao IFRS;

ii) alterações a IFRS 12 – divulgação de participações em outras entidades: esclarece o escopo do pronunciamento, com relação à participação de entidades em outras entidades que estejam classificadas como disponíveis para venda ou operações descontinuadas de acordo com o IFRS 5; e

iii) alterações ao IAS 28 - investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto: esclarece se uma entidade tem uma opção de "investimento por investimento" para mensurar as investidas pelo valor justo de acordo com a IAS 28 por uma organização de capital de risco.

Com base em avaliação preliminar, a Companhia acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

5 Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Caixa e bancos conta movimento	30	4	6.338	1.436
Aplicações financeiras de liquidez imediata	159	135	30.080	23.308
	189	139	36.418	24.744

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se à Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e são remuneradas em 98,0% e 100,2% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6 Clientes

Consolidado	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31.12.2017	31.12.2016
Concessionárias e permissionárias					
Suprimento de energia elétrica					
Receita faturada	12.612	-	914	13.526	11.672
Receita não faturada	6.761	-	-	6.761	6.588
	19.373	-	914	20.287	18.260

A Companhia não constitui provisão para os créditos vencidos há mais de 90 dias pela existência de garantias vinculadas aos contratos.

7 Partes Relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Ativo circulante				
Controladas				
GE Farol S.A. - dividendos	12.966	5.369	-	-
Outros (a)	7	7	-	-
Passivo circulante				
Controlador				
Copel Geração e Transmissão - dividendos	9.398	2.329	9.398	2.329
Controlador				
Copel Geração e Transmissão (b)	26	-	234	-
Companhia Paranaense de Energia (b)	18	-	168	-
Controladas (a)				
GE Boa Vista S.A.	379	379	-	-
GE Farol S.A.	150	150	-	-
GE Olho D'Água S.A.	224	224	-	-
GE São Bento do Norte S.A.	1.924	1.924	-	-
Entidade sob controle comum				
Copel Distribuição S.A. (b)	59	-	565	-
Copel Renováveis S.A. (b)	1	-	4.660	5.917
	2.781	2.677	5.627	5.917
Passivo não circulante				
Controladas (c)				
GE Boa Vista S.A.	4.301	3.467	-	-
GE Farol S.A.	15.201	13.988	-	-
GE Olho D'Água S.A.	8.935	7.538	-	-
GE São Bento do Norte S.A.	12.281	10.814	-	-
	40.718	35.807	-	-

- a) Saldos decorrentes de operações entre entidades sob controle comum, referente a adiantamentos e/ou pagamentos incorridos em 2016, os quais serão ressarcidos em 2018;
- b) A Companhia registrou gastos com atividades corporativas, referentes a pessoal, administradores, materiais, serviços e outros (PMSO), conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes. As atividades estão concentradas nas suas controladoras e entidades sob controle comum;
- c) A São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. é interveniente junto ao financiamento do BNDES da Companhia, o qual, por força contratual, transfere recursos visando manter os saldos relativos à cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda de energia elétrica conforme exigência contratual (NE nº 11).

A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo.

A Companhia incorreu em remuneração com o pessoal chave da administração no montante de R\$ 985 em 2017 e de R\$ 1.181 em 2016.

8 Títulos e Valores Mobiliários

Corresponde a aplicações financeiras em fundo de investimento de longo prazo mantidas como reserva especial, classificadas como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio de resultado, com rentabilidade de 9,6452% a.a.

Os recursos são vinculados ao financiamento mantido pelas controladas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para garantir a operação.

9 Investimentos

9.1 Mutação dos investimentos

Controladora	Saldo em 1º.01.2016	Equivalência patrimonial	Dividendos propostos	Saldo em 31.12.2016	Equivalência patrimonial	Aporte	Dividendos propostos	Saldo em 31.12.2017
GE Boa Vista S.A.	21.939	1.677	-	23.616	(6)	1	-	23.611
GE Farol S.A.	40.875	9.923	(2.357)	48.441	2.218	-	(7.597)	43.062
GE Olho D'Água S.A.	45.473	4.498	-	49.971	4.607	-	-	54.578
GE São Bento do Norte S.A.	47.336	4.693	-	52.029	2.252	-	-	54.281
	155.623	20.791	(2.357)	174.057	9.071	1	(7.597)	175.532

9.2 Informações financeiras resumidas das controladas

	GE Boa Vista		GE Farol		GE Olho D'Água		GE São Bento do Norte	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
ATIVO	63.319	63.246	112.385	111.017	151.483	145.762	145.079	141.808
Ativo circulante	7.525	5.533	18.452	14.558	14.615	12.706	20.806	12.982
Ativo não circulante	55.794	57.713	93.933	96.459	136.868	133.056	124.273	128.826
PASSIVO	63.319	63.246	112.385	111.017	151.483	145.762	145.079	141.808
Passivo circulante	6.591	4.103	24.313	14.099	16.822	9.708	15.685	9.209
Passivo não circulante	33.117	35.527	45.010	48.477	80.083	86.083	75.113	80.570
Patrimônio líquido	23.611	23.616	43.062	48.441	54.578	49.971	54.281	52.029
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO								
Receita operacional líquida	9.085	10.433	13.418	22.491	26.300	25.521	22.906	24.223
Custos e despesas operacionais	(5.777)	(5.175)	(7.162)	(7.757)	(13.659)	(12.437)	(13.068)	(11.436)
Resultado financeiro	(2.765)	(3.137)	(2.954)	(3.808)	(6.467)	(7.415)	(6.200)	(7.035)
Tributos	(549)	(444)	(1.084)	(1.003)	(1.567)	(1.171)	(1.386)	(1.059)
Lucro (prejuízo) do exercício	(6)	1.677	2.218	9.923	4.607	4.498	2.252	4.693
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente total	(6)	1.677	2.218	9.923	4.607	4.498	2.252	4.693

10 Imobilizado

Consolidado	Saldo em 1º.01.2016	Adições	Depreciação (a)	Transfe- rências	Saldo em 31.12.2016	Adições	Depreciação (a)	Baixas	Transfe- rências	Saldo em 31.12.2017
Em serviço										
Máquinas e equipamentos	366.764	-	(20.820)	1	345.945	-	(20.818)	-	(6.971)	318.156
Móveis e utensílios	1	-	-	-	1	-	-	-	-	1
	366.765	-	(20.820)	1	345.946	-	(20.818)	-	(6.971)	318.157
Em curso										
Custo	4.858	463	-	(456)	4.865	10.535	-	(341)	(11)	15.048
	4.858	463	-	(456)	4.865	10.535	-	(341)	(11)	15.048
	371.623	463	(20.820)	(455)	350.811	10.535	(20.818)	(341)	(6.982)	333.205

(a) Taxa média de depreciação de 5,02 % (5,02 % em 2016)

A Administração não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos em 2017 e 2016.

10.1 Transferências de Imobilizado

Em 2017, em função de incêndio em parte da subestação Olho D'Água, houve a transferência de R\$ 6.971 do imobilizado salvo para outros créditos.

11 Empréstimos e Financiamentos

Contrato BNDES	Empresa	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado		
							31.12.2017	31.12.2016	
11211521	GE Farol	19.03.2012	192	15.06.2030	2,34% a.a. acima da TJLP	54.100	48.742	52.053	
11211531	GE Boa Vista	19.03.2012	192	15.06.2030	2,34% a.a. acima da TJLP	40.050	36.034	38.482	
11211541	GE S.Bento do Norte	19.03.2012	192	15.06.2030	2,34% a.a. acima da TJLP	90.900	81.723	87.275	
11211551	GE Olho D'Água	19.03.2012	192	15.06.2030	2,34% a.a. acima da TJLP	97.000	87.278	93.229	
							253.777	271.039	
							Circulante	20.997	20.866
							Não circulante	232.780	250.173

Destinação: construção e implantação de centrais geradoras eólicas.

Garantias: penhor de ações; cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda de energia elétrica produzidas pelo projeto cessão fiduciária das máquinas e equipamentos montados ou construídos com os recursos a eles vinculados.

11.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2017	Consolidado
2019	20.095
2020	20.095
2021	20.095
2022	20.095
2023	20.095
Após 2023	132.305
	232.780

11.2 Mutação de empréstimos e financiamentos

Consolidado	Total
Em 1º.01.2016	286.403
Ingressos	420
Encargos e variação monetária	26.683
Amortização - principal	(19.481)
Pagamento - encargos	(22.986)
Em 31.12.2016	271.039
Encargos e variação monetária	24.077
Amortização - principal	(19.997)
Pagamento - encargos	(21.342)
Em 31.12.2017	253.777

11.3 Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

As controladas da Companhia contrataram empréstimos e financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como: não alterar o seu controlador efetivo direto ou indireto, sem a prévia anuência. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

Em 31.12.2017, todas as condições acordadas foram integralmente atendidas.

Os contratos de empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes *covenants* financeiros:

Empresa	Instrumento Contratual	Indicador Financeiros	Limite
São Bento Energia, Investimento e Participações	Contrato de Cessão BNDES	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
GE Boa Vista S.A.	BNDES Finem nº 11211531		
GE Farol S.A.	BNDES Finem nº 11211521		
GE Olho D'Água S.A.	BNDES Finem nº 11211551		
GE São Bento do Norte S.A.	BNDES Finem nº 11211541		

Financiamento a empreendimentos - Finem

12 Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Companhia e suas controladas respondem por processos judiciais de natureza trabalhista. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis no montante de R\$ 142 em 31.12.2017 (R\$ 35 em 31.12.2016), quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 4.5 são atendidos.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia e suas controladas respondem na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por este motivo, esta informação não é fornecida.

Os passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

Em 31.12.2017, as contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras, avaliadas pelos assessores jurídicos como de risco de perda possível, são principalmente de natureza tributária, referente a questionamento de ISS retido sobre serviços de construção civil no montante de R\$ 26.809.

13 Patrimônio Líquido

13.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2017 monta a R\$ 173.622 (R\$ 124.978, em 31.12.2016), composto por 173.622.000 ações ordinárias pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A., subsidiária integral da Copel.

13.2 Adiantamento para futuro aumento de capital

O montante de R\$ 48.644, referente a Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, foi integralizado como Capital Social através da Assembleia Geral de 28 de Abril de 2017.

Em face da integralização do aporte referente ao AFAC, foram emitidas 48.644.043 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, em tudo idênticas às anteriores já existentes, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (Um real) por ação. Sendo estas novas ações integralmente subscritas e integralizadas pela Copel Geração e Transmissão S.A.

13.3 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros é constituída mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a reserva legal, os juros sobre o capital próprio e os dividendos.

13.4 Dividendos mínimos obrigatórios

Controladora	31.12.2017	31.12.2016
(1) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (25%)		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	10.152	21.981
(-) Absorção de prejuízo acumulado	-	(12.176)
Lucro líquido ajustado	10.152	9.805
Reserva legal (5%)	(508)	(490)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	9.644	9.315
	2.411	2.329
(2) Dividendos propostos	2.411	9.315
(3) Dividendo adicional proposto (2-1)	-	6.986

Conforme as disposições legais e estatutárias vigentes, a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios é obtida a partir do lucro líquido, diminuído da quota destinada à reserva legal.

A distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas ao final do exercício.

14 Receita Operacional Líquida

Consolidado	31.12.2017	31.12.2016
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão)	58.860	79.451
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	16.341	6.383
(-) PIS/Pasep e Cofins	(3.492)	(3.166)
	71.709	82.668

15 Custos e Despesas Operacionais

Consolidado	Custos	Despesas	Outras	31.12.2017	Custos	Despesas	Outras	31.12.2016
	operacionais	gerais e administrativas	despesas operacionais		operacionais	administrativas	despesas operacionais	
Energia elétrica comprada para revenda - CCEE	(34)	-	-	(34)	(49)	-	-	(49)
Encargos de uso da rede elétrica	(3.826)	-	-	(3.826)	(3.899)	-	-	(3.899)
Pessoal e administradores (15.1)	(1.136)	(2.828)	-	(3.964)	(1.364)	(3.194)	-	(4.558)
Planos previdenciário e assistencial	(135)	(226)	-	(361)	(291)	(391)	-	(682)
Material	(91)	(49)	-	(140)	(7)	(59)	-	(66)
Serviços de terceiros (15.2)	(9.009)	(793)	-	(9.802)	(1.965)	(2.423)	-	(4.388)
Depreciação e amortização	(20.818)	-	-	(20.818)	(20.818)	(2)	-	(20.820)
Provisão para litígios	-	-	(103)	(103)	-	-	(38)	(38)
Outros custos e despesas operacionais (15.3)	(555)	(1.114)	(465)	(2.134)	(43)	(3.240)	(239)	(3.522)
	(35.604)	(5.010)	(568)	(41.182)	(28.436)	(9.309)	(277)	(38.022)

Controladora	Despesas	Outras	31.12.2017	Despesas	Outras	31.12.2016
	gerais e administrativas	despesas operacionais		gerais e administrativas	despesas operacionais	
Pessoal e administradores (15.1)	(998)	-	(998)	(949)	-	(949)
Planos previdenciário e assistencial	(11)	-	(11)	-	-	-
Material	(3)	-	(3)	-	-	-
Serviços de terceiros	(293)	-	(293)	(100)	-	(100)
Provisão para litígios	-	(124)	(124)	-	(18)	(18)
Outras despesas operacionais	(87)	-	(87)	(150)	-	(150)
	(1.392)	(124)	(1.516)	(1.199)	(18)	(1.217)

15.1 Pessoal e administradores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Pessoal				
Remunerações	68	-	1.814	2.099
Encargos sociais	23	-	627	684
Auxílio alimentação e educação	-	-	8	189
Participação nos lucros e/ou resultados	-	-	1	91
Provisão para indenização por demissões voluntárias e aposentad	-	-	292	18
	91	-	2.742	3.081
Administradores				
Honorários	742	774	985	1.181
Encargos sociais	148	158	215	267
Outros gastos	17	17	22	29
	907	949	1.222	1.477
	998	949	3.964	4.558

15.2 Serviços de terceiros

Consolidado	31.12.2017	31.12.2016
Manutenção do sistema elétrico	7.430	1.869
Manutenção de instalações	1.198	1.293
Consultoria e auditoria	231	428
Comunicação, processamento e transmissão de dados	166	295
Outros serviços	777	503
	9.802	4.388

15.3 Outros custos e despesas operacionais

Consolidado	31.12.2017	31.12.2016
Arrendamentos e aluguéis	1.327	1.581
Tributos	781	232
Propaganda e publicidade	-	126
Outros custos e despesas	26	1.583
	2.134	3.522

15.3.1 Compromissos de arrendamentos e aluguéis não canceláveis

Consolidado	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 31.12.2017
Arrendamento dos terrenos dos parques eólicos	1.215	4.903	26.467	32.586

As subsidiárias da Companhia arrendaram terrenos junto a terceiros - partes independentes. Até a entrada em operação, efetuaram pagamentos pré-determinados. Após a entrada em operação passaram a pagar o percentual de 1,5% sobre a receita bruta, deduzidos os impostos, taxas e contribuições.

16 Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	4.083	4.980	9.248	8.935
Acréscimos moratórios sobre faturas de energia	-	-	322	1.895
Outras receitas financeiras	6	-	422	-
	4.089	4.980	9.992	10.830
(-) Despesas financeiras				
Variação monetária e encargos da dívida	-	-	24.096	26.690
Outras despesas financeiras	128	69	321	624
	128	69	24.417	27.314
Líquido	3.961	4.911	(14.425)	(16.484)

17 Imposto de Renda e Contribuição Social

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Imposto de renda e contribuição social correntes				
Receitas com Venda de Energia	-	-	79.296	86.711
Receitas com Venda de Energia Mercado Curto Prazo Estimada	-	-	15.705	490
Receita financeira auferida sobre os valores resgatados	4.081	4.979	7.916	8.758
(-) IOF	-	-	(1)	(2)
Base de cálculo IRPJ = 8% de Lucro Presumido sobre Receita Operacional + Receita Financeira Líquida de IOF	4.081	4.979	15.515	15.732
Base de cálculo CSLL = 12% de Lucro Presumido sobre a Receita Operacional + Receita Financeira Líquida de IOF	4.081	4.979	19.316	19.221
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%) = 24%	979	1.195	4.065	4.089
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	384	474	1.432	1.454
Apuração IRPJ/CSLL complementar 2015	-	835	-	835
(-) Reversão Apuração IRPJ/CSLL Mercado Curto Prazo 12/2015	-	-	-	(256)
Imposto de renda e contribuição social	1.363	2.504	5.497	6.122
Receita financeira provisionada	2	-	1.333	174
Imposto de renda e contribuição social diferidos = 34%	1	-	453	59

18 Instrumentos Financeiros

18.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Consolidado	NE nº	Nível	31.12.2017		31.12.2016	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado - mantido para negociação						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	5	1	36.418	36.418	24.744	24.744
Valor justo por meio do resultado						
Títulos e valores mobiliários (b)	8	2	78.097	78.097	71.584	71.584
Empréstimos e recebíveis						
Cientes (a)	6	1	20.287	20.287	18.260	18.260
Total dos ativos financeiros			134.802	134.802	114.588	114.588
Passivos Financeiros						
Outros passivos financeiros						
Programa Especial de Regularização Tributária - Pert (a)		2	471	471	-	-
Fornecedores (a)		1	21.027	21.027	253	253
Empréstimos e financiamentos (c)	11	2	253.777	233.251	271.039	228.786
Total dos passivos financeiros			275.275	254.749	271.292	229.039

Os diferentes níveis de hierarquia de valor justo são classificados conforme a seguir:

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; e

Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Apuração dos valores justos

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, 126,0% do CDI, para desconto do fluxo de pagamentos esperado.

18.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida, de forma a assegurar a boa gestão dos recursos e a proteção do seu patrimônio.

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

18.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Consolidado		
Exposição ao risco de crédito	31.12.2017	31.12.2016
Caixa e equivalentes de caixa (a)	36.418	24.744
Títulos e valores mobiliários (a)	78.097	71.584
Clientes (b)	20.287	18.260
	134.802	114.588

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.
- b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Tal risco está intimamente relacionado a fatores internos e externos à Companhia. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gerência de contas a receber, detectando os clientes inadimplentes e implementando políticas específicas de cobrança, atreladas a garantias reais ou fidejussórias.

18.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para o ano seguinte. A partir de 2019, repetem-se os indicadores de 2018 até o horizonte da projeção, exceto o dólar, que acompanha a inflação.

Consolidado	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2017							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 11	2.792	6.915	31.212	139.960	194.409	375.288
Fornecedores	-	592	-	20.435	-	-	21.027
		3.384	6.915	51.647	139.960	194.409	396.315
31.12.2016							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 11	2.837	7.472	33.523	148.186	227.640	419.658
Fornecedores	-	-	253	-	-	-	253
		2.837	7.725	33.523	148.186	227.640	419.911

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Conforme divulgado na NE nº 11.3, a Companhia e suas controladas têm empréstimos e financiamentos com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

Em 31.12.2017, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$ 1.164 no balanço consolidado decorrentes das operações de suas controladas. O equacionamento da capacidade financeira de curto prazo será realizado pela geração de caixa operacional das controladas no decorrer do próximo exercício.

18.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia e suas controladas incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2017 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores: CDI/Selic – 6,75% e TJLP – 6,75%, previstos na mediana das expectativas de mercado para 2018 do Relatório Focus do Bacen de 02.02.2018.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários Projetados - dez/2018		
		31.12.2017	Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/SELIC	78.097	5.271	3.953	2.637
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos - BNDES	Alta TJLP	253.777	17.129	21.412	25.694

A Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1). Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2017, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

18.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

19 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Consolidado	Término da vigência	Importância segurada			
		GE Boa Vista S.A.	GE Farol S.A.	GE Olho D' Água S.A.	GE São Bento do Norte S.A.
Apólice					
Seguro D&O	28.03.2019	82.700	82.700	82.700	82.700
Garantia Financeira - Extremoz	16.11.2018	70	101	153	153
Riscos Operacionais	27.06.2018	65.749	101.261	141.689	141.229
Responsabilidade Civil Geral	27.06.2018	20.000	20.000	20.000	20.000
Garantia Judicial - Município São Bento do Norte	14.09.2018	6.447	6.481	8.904	11.700

O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2017, de R\$ 3,3080.

Além dos seguros relacionados, a Companhia e suas controladas contrata outras apólices de seguros com menores valores, tais como: riscos diversos, transporte nacional e internacional e seguro de vida.

Os seguros de garantia contratados pela Companhia e suas controladas possuem como avalista a Copel e/ou a Copel GeT.

20 Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa – transações que não envolvem caixa

O capital social da Companhia apresentou o acréscimo no valor de R\$ 48.644, decorrente da capitalização de créditos até então mantidos na rubrica de “Adiantamentos para futuro aumento de capital”, cujos recebimentos ocorreram em exercícios anteriores. Também houve transferência do imobilizado para outros créditos no valor de R\$ 6.971 referente a desativações sujeitas a indenização.

As citadas transações não envolveram caixa, motivo pelo qual não estão mencionadas na demonstração dos fluxos de caixa do exercício de 2017.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
São Bento Energia, Investimento e Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da São Bento Energia, Investimento e Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da São Bento Energia, Investimento e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 20 de abril de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

Os membros do Conselho Fiscal da **São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A.**, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Ordinária.

Curitiba, 20 de abril de 2018

/s/

JOÃO ALBERTO DA SILVA
Presidente do Conselho

/s/

LUIZ ROBERTO MORGENSTERN FERREIRA
Conselheiro

/s/

HEITOR DANTAS FILHO
Conselheiro